
**CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO BÁSICA:
PLANO DE AULA SOBRE FAKE NEWS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS**

**CYBERCULTURE AND BASIC EDUCATION:
LESSON PLAN ABOUT FAKE NEWS FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION**

**CIBERCULTURA Y EDUCACIÓN BÁSICA
PLAN DE LECCIÓN SOBRE NOTICIAS FALSAS PARA LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y
ADULTOS**

Telma Brito Rocha¹
Cleyton Williams Golveia da Silva Brandão²
Emanoel Nogueira Ramos³

RESUMO

O fenômeno das fake news tem prejudicado a presente sociedade brasileira, interferindo na efetivação da democracia na medida em que resulta na desinformação. Nesse sentido, entende-se que a Educação Básica precisa apropriar-se dos processos tecnológicos e comunicacionais da cibercultura. Esse artigo apresenta um plano de aula para a educação de jovens e adultos sobre Fake News e desinformação. A abordagem metodológica é qualitativa, na qual utilizou-se a revisão de literatura, sobre fake news e educação de jovens e adultos, contribuições da temática na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaca ser necessário desenvolver nos educandos habilidades para analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas em redes sociais, bem como, uma reflexão ação sobre a prática pedagógica a partir do plano de aula. Como resultado, uma proposta para ensino híbrido, sobre produção de sentido em textos que circulam no campo de atuação na vida pública.

PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura. Educação Básica. Fake News. Educação de Jovens e Adultos. Plano de Aula.

ABSTRACT

The phenomenon of fake news has plagued the present Brazilian society, interfering with the effectiveness of democracy and contributing to the proliferation of disinformation. In this sense, it is understood that Basic Education needs to appropriate the technological and communicational processes of cyberculture. This article presents a lesson plan for educating young people and adults about Fake News and disinformation. The methodological approach is qualitative, in which a literature review was used, on fake news and youth and adult

Submetido em: 26/08/2022 – **Aceito em:** 06/12/2022 – **Publicado em:** 14/03/2023

¹ Licenciada em Pedagogia pela UFBA(2002), Doutora em Educação (2010) - UFBA. É professora da Graduação e do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) na UFBA. É líder do Grupo de Pesquisa Didática Intercultural e Tecnologias (Didatec) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8389-4542>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1134914737562713>.

² Mestrando em Educação (UFBA). Graduado em Jornalismo UNIFACS (2022). Graduando da Licenciatura em Pedagogia (UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa Didática Intercultural e Tecnologias (Didatec). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1047-0359>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2349568423265951>

³ Licenciado em Teatro pela UFBA (2003) e em Pedagogia pela UNINTER (2019). Mestre em Educação pela Université Paris VIII - Vincennes Saint Denis (2013); Doutorando em Ciências da Educação (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2426-2374>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2309260761184315>.

education, contributions of the theme in the National Common Curricular Base (BNCC), which highlights the need to develop in students skills to analyze the phenomenon of the dissemination of fake news on social networks, as well as an action reflection on the pedagogical practice from the lesson plan. As a result, a proposal for hybrid teaching, on the production of meaning in texts that circulate in the field of action in public life.

KEYWORDS: Cyberculture. Basic education. Fake News. Youth and Adult Education. Class plan.

RESUMEN

El fenómeno de las noticias falsas ha plagado la sociedad brasileña actual, interfiriendo con la efectividad de la democracia y contribuyendo para la proliferación de la desinformación. En este sentido, se entiende que la Educación Básica necesita apropiarse de los procesos tecnológicos y comunicacionales de la cibercultura. Este artículo presenta un plan de lecciones para educar a jóvenes y adultos sobre las noticias falsas y la desinformación. El abordaje metodológico es cualitativo, en el que se utilizó una revisión bibliográfica, sobre noticias falsas y educación de jóvenes y adultos, aportes del tema en la Base Nacional Común Curricular (BNCC), que destaca la necesidad de desarrollar en los estudiantes habilidades para analizar el fenómeno. de la difusión de fake news en las redes sociales, así como una reflexión acción sobre la práctica pedagógica desde el plan de clase. Como resultado, una propuesta de enseñanza híbrida, sobre la producción de sentido en textos que circulan en el campo de acción en la vida pública.

PALABRAS CLAVE: Cibercultura. Educación básica. Noticias falsas. Educación de Jóvenes y Adultos. Plan de clase.

INTRODUÇÃO

A disseminação de informações no ambiente virtual é uma prática crescente na atualidade. Usuários das redes sociais, de maneira veloz, produzem, consomem e compartilham notícias que envolvem não apenas o contexto brasileiro, mas também o contexto mundial. A cultura participativa da sociedade no ciberespaço tem proporcionado uma democratização dos meios e dos modos de se comunicar em rede.

Esses espaços de interações e conexões virtuais – por sua capacidade de estreitar pontes entre públicos diferentes em todo solo brasileiro –, tornaram-se palcos para discussões ideológicas e polarização de opiniões entre os sujeitos, trazendo à tona temáticas de relevância cultural, política, sócio-histórica e econômica.

Para além do papel de democratizar conversações em rede, outros fatores precisam ser considerados quando se observa o comportamento da população brasileira dentro dos ambientes virtuais. Isto é, “As interações políticas na internet nem sempre se caracterizam pela democracia; discussões sobre temas de interesse público muitas vezes perdem seu foco, tornando-se espaços de disputas e intrigas pessoais.” (MARTINO, 2015, p. 90).

Nesse cenário, as *fake news* surgem como recurso de conflagração, através do frisson informacional, tornando-se motivações de polarização política dos tempos hodiernos, ressonando na desinformação proposital da sociedade, com vistas a macular imagens de instituições e pessoas e disseminar convicções favoráveis a um grupo que deseja manter a

hegemonia política para permanecer no poder. Esses recursos são meios que possibilitam a promoção de discursos de ódio, antidemocráticos, com vistas a interferir na organização social.

Conforme Mello (2020, p. 31), “Ainda que a internet tenha democratizado o acesso à informação e nos permita consultar fontes originais de notícias, paradoxalmente, desmascarar mentiras hoje pode ser muito trabalhoso, quando não irrealizável.”

Neste sentido, a escola e toda sociedade deve estar atenta a esses comportamentos, na medida em tais práticas não interferem somente no ambiente digital, visto que este é uma transposição do comportamento dos indivíduos na vida *off-line*.

Destarte, a educação básica precisa atentar-se para estas questões antidemocráticas, na medida em que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, conhecida como LDB, em seu Art. 27, afirma que “Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática [...]” (BRASIL, 1996).

Mediante ao exposto, este escrito propõe um plano de aula para a educação de jovens e adultos sobre Fake News e desinformação. O plano é adequado ao ensino híbrido, que corresponde a uma mediação tecnológica na educação, “[...] cuja combinação do presencial e a distância converge em práticas educativas realizadas em espaços virtuais *on-line* e espaços físicos *off-line*.” (ROCHA, 2021, p. 05).

A construção do plano de aula teve como parâmetro a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é “[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.” (BRASIL, 2018).

Conforme a BNCC, as etapas de ensino da educação básica devem desenvolver nos educando a habilidade de

Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las, a partir da verificação/avaliação do veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, da análise da formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a sites de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc. (BRASIL, 2018, p. 177).

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A partir de uma abordagem qualitativa, foi realizada uma a revisão de literatura, com o objetivo de comprovar e argumentar com a máxima profundidade as perspectivas levantadas, assumindo um rigor indispensável ao objetivo que se deseja alcançar.

Sobre as fake news, Gomes (2021) afirma que elas produziram “[...] um enorme estrago na vida pública e na democracia, como presenciamos no Brasil nas eleições 2018 e na tragédia sanitária de 2020 e 21.” Por aludir um assunto enérgico e que acompanha o comportamento social e cultural dos indivíduos da sociedade brasileira, a abordagem qualitativa é necessária por estar “[...] sempre em movimento, se fazendo e refazendo a cada passo. Não muito diferente dos seres humanos que se procura compreender.” (MARTINO, 2018, p. 102).

O artigo pretende colaborar didaticamente para construção de plano de aula sobre fake news e desinformação na educação de jovens e adultos. O objetivo não é criar modelos, mas compartilhar uma proposta de ensino híbrido que podem ser desenvolvidas com atividades síncronas e assíncronas propondo mais interação para os encontros on-line.

Assim, o escrito propõe uma reflexão ação sobre a prática pedagógica a partir de um plano de aula. Compreende-se que a docência se faz pela pesquisa, pela investigação do cotidiano social, ao mesmo tempo que se estabelecem através de experiências plurais voltadas ao ensino e aprendizagem. De modo que “[...] dispositivos são criados e acionados para lidar com as situações de pesquisa aprendendo com o cotidiano das práticas pedagógicas que se constituem também como campos de pesquisa e formação.” (SANTOS e WEBER, 2018, p. 29).

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos tem uma estrada longa, marcada por uma ausência de políticas públicas e falta de espaços de formação para o educador desta modalidade. Ela foi construída no fazer, nas experiências desses profissionais que de certa forma foram descobrindo no cotidiano do trabalho um *savoir-faire* específico dessa modalidade. Sobre isso, o Arroyo (2006) diz “Costumo dizer que a formação do educador e da educadora de jovens e adultos sempre foi um pouco pelas bordas, nas próprias fronteiras onde estava acontecendo a EJA.”

O fato é que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil ainda necessita de bases sólidas. Ela ainda permanece em construção e com muitos questionamentos. Talvez aqui tenhamos um ponto importante para se refletir. Como pensarmos em formação de professores em EJA, se a

modalidade em si, ainda não tem claro seus pilares para ser conduzida? Podemos recorrer novamente a Arroyo (2006), para aprofundarmos esta questão, quando ele diz:

[...] não temos parâmetros oficiais que possam delinear o perfil do educador de jovens e adultos e de sua formação porque, também, não temos uma definição ainda muito clara da própria EJA. Essa é uma área que permanece em construção, em uma constante interrogação. Um aspecto que talvez tenha sido muito bom para a própria EJA é o fato de ela não ter conseguido nunca, ou nem sequer tentado, conformar-se no sistema educacional. Isso fez com que não se tentasse também conformar a formação do educador e da educadora da EJA num marco definido. (ARROYO, 2006, p. 18).

A defesa do professor Miguel Arroyo (2006), é que essa abrangência, essa generalização nos modelos de formação de educadores, desfigurou e impossibilitou uma construção identitária do educador de jovens e adultos e sua formação, o que configura uma tarefa no campo das ciências da educação: inventar esse perfil e construir sua formação, procurando caminhos que dê uma cara para essa modalidade de ensino; batalhar por políticas definidas para a própria educação de jovens e adultos. Nas palavras de Arroyo (2002), “Essas políticas precisam ser construídas, e será preciso muita iniciativa e capacidade criativa para o fazermos. Isso vai exigir, no meu entender, muito diálogo, muita lucidez e, sobretudo, muita coragem dos cursos de Pedagogia para que se possa construir esse perfil.” (ARROYO, 2006, p. 12).

Estamos vivendo tempos novos onde, cada vez mais, vê-se a necessidade de fazer cumprir os direitos básicos da educação para o indivíduo. Desde a Constituição de 1988, percebe-se um esforço de tornar possível efetivamente esse direito, e cada vez mais observa-se uma responsabilização do Estado ao assumir por intermédio do Ministério da Educação e de políticas públicas. Há muito a ser feito, isso é fato, mas essas iniciativas abrem caminhos para, por intermédio das vias legais promovidas pelo Estado, nos aproximarmos de um perfil de educação de jovens e adultos mais definidos, mais bem caracterizado.

Nesse interim, os estudantes da EJA – não diferentes dos demais cidadãos brasileiros – estão inseridos em uma “cibersociedade” (SANTOS, 2021, p. 2) que, cada vez mais, se ampara em dispositivos tecnológicos digitais e redes sociais, sobretudo no que concerne os processos de conversação em rede. Essa mesma rede tornou-se palco da proliferação das notícias falsas, deixando seus usuários reféns de algoritmos que os incorporam em “bolhas” de conhecimento compatível com suas adesões políticas, religiosas e culturais. Isto é, os indivíduos, por consumirem apenas informações que condizem com suas opiniões, podem adquirir dificuldades de desenvolver criticidade e senso reflexivo sobre as problemáticas emergentes de nossa cotidianidade.

Nessa direção, os jovens e adultos que não possuem uma escolarização que os estimule a refletir, questionar e argumentar, os algoritmos exercem uma significativa limitação para apropriação de novas ideias e contatos com novos dados e informações, afastando ideias

contrárias e colocando a veracidade em lugar secundário, dando brechas para fake news sejam consumidas, ratificadas e disseminadas.

Destarte, as fake news reprimem o diálogo social e o pluralismo de ideias e, conseqüentemente, tornam os estudantes da EJA mais expostos a serem manipulados por informações falsas propositalmente divulgadas a fim de perturbar a ordem pública e a atividade democrática do país. As conseqüências disso interferem diretamente no exercício da cidadania, os colocando em uma bolha de desinformação sobre seus direitos, deveres, poder de escolha e papel social.

Ademais, no que se relaciona aos processos educacionais – precipuamente a falta deles – há a carência de pensamento crítico e debate democrático. Dessa forma, embora isso não ocorra somente com eles, os jovens estudantes que chegam à EJA não sabem fazer a checagem dos fatos, ou seja, selecionar uma ou uma série de frases e imagens, acessar sites e portais de notícias confiáveis e profissionais, consultar agências de checagem de fatos e contrastar com as informações disponíveis em dados públicos.

Nessa contextura, de modo a frear essa problemática, a modalidade da EJA precisa incorporar em seus currículos e práticas pedagógicas atividades que abordem a temática das fake news com os estudantes, analisando suas conseqüências e desdobramentos e conhecendo estratégias de verificação de notícias falsas. Para tal, o docente – que necessidade esta em constante formação continuada e (re)formulando sua práxis a partir da bagagem de sua turma, a escola deve acreditar nos estudantes, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, bem como buscar novos percursos metodológicos, que dialoguem com a realidade do educando, seguindo documentos normativos como a BNCC de forma criativa e referencial, e não limitadora.

Quando pensamos a EJA, estamos falando de Educação de uma determinada parcela de sujeitos sociais. Isso implica um movimento que vai além de transmitir técnicas e teorias. Quando Arroyo problematiza a diferença entre ensino e educação, ele está falando bem disso. Quando na LDB o “E” da EJA tem o sentido de Educação, as fundamentações de trabalho nesta modalidade precisam, estar “fiéis” a esse princípio, como bem pontuou esse pesquisador. Essa preocupação do professor Miguel Arroyo tem uma importante significação. Isso porque, como ele mesmo disse, não estaríamos mudando nada em relação a realidade, continuaríamos trabalhando na licenciatura com o ensino das disciplinas específicas, sem dar a devida importância aos sujeitos, à sua história, suas competências e subjetividades.

Isso significa que ao tomarmos o termo “Educação” para esses sujeitos, estamos falando de uma proposta que considera que o conhecimento se articula com um projeto de educação que vem a ser potente quando pensamos numa emancipação do sujeito que aprende. Sobre isso, o autor Arroyo (2006), pensa que

A articulação do ensino a um projeto de formação de sujeitos específicos pode ser uma experiência rica e contagiante para os outros tempos humanos e níveis de ensino-educação-formação plena. Este seria um traço no perfil de formação: formar a consciência e a identidade de educadores, seja da infância, seja dos jovens e adultos. Se a LDB enfatiza o “E” de educação, essa mesma ênfase terá de definir o seu profissional: educador. Logo, políticas de formação com ênfase no domínio das artes, saberes e sensibilidades do ofício de educar, de ensinar-educar-formar articulador. (ARROYO, 2006, p. 24/25).

FAKE NEWS

As fake news podem ser definidas como relatos que inventam ou alteram os fatos disseminados em larga escala nas mídias sociais por sujeitos interessados nos efeitos que elas podem produzir. (BRANDÃO; CURZ; ROCHA, 2020). Gomes; Dourado (2019, p. 35) dizem ser “[...] relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir.”

Apesar de terem encontrado na rede internet um ambiente ideal para sua disseminação, as fake news não são um fenômeno nascido na contemporaneidade, isto é, a criação e proliferação delas já existia na “era pré-redes” (SANTAELLA, 2018, p. 07); todavia, com o desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), elas ressurgiram com características mais sofisticadas, amparadas pelos atuais processos comunicacionais.

Ainda segundo Santaella, “As aplicações tecnológicas apresentam drásticos desvios do uso originalmente esperado. São, de fato, os usuários que criam domínios de aplicação e funcionalidades pela descoberta e criação de necessidades e práticas insuspeitadas.” (2010, p. 172). A vista disso, as fake news atingem, de maneira mais latente o cenário – de discussões – políticas, culturais, sociais, econômicas e, sobretudo democráticas. Para a autora, a democracia necessita que as pessoas estejam adequadamente informadas sobre temáticas relevantes a sociedade de modo a serem capazes de debater e tomar decisões; entretanto, as fake news atingem pontualmente esse campo de atuação e decisão de que dependem os destinos da democracia do país nesta era do pós-digital.

Nessa contextura, declarações infundadas – sem estudos científicos, respaldo legal ou apresentação de provas põem em xeque o exercício da democracia no país, com vistas a “[...] influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos.” (SANTAELLA, 2018, p. 55).

Assim, a educação básica precisa abordar essa problemática. Isto é, gestores e educadores precisam atentar-se para a crescente e preocupante proliferação das fake news nos tempos

hodiernos e entender que a escola precisa estar engajada para promover o enfrentamento das notícias falsas.

Segundo a BNCC,

Há que se considerar [...] que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar. (BRASIL, 2018, p. 61).

Ao considerar os aspectos mencionados pelo trecho da BNCC, entendemos que é dever da educação básica formar cidadãos críticos, reflexivos e analíticos acerca dos novos processos comunicacionais e tecnológicos da cibercultura, de modo que esses estudantes cresçam e se desenvolvam sabendo ler, interpretar e identificar possíveis informações mentirosas, incompletas ou retiradas de contexto.

Educar na cibercultura é um desafio para as instituições de ensino e para os profissionais docentes. Contudo, uma saída é utilizar as próprias interações em rede para enfrentar o mal que acontece no ciberespaço. Em outras palavras, é de suma importância que a escola “[...] incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital.” (BRASIL, 2018, p. 61).

PLANO DE AULA PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A construção de um planejamento pedagógico é basilar que os docentes conheçam seus estudantes, suas bagagens socioeconômicas e políticas, seu capital cultural e, mormente, o espaço-tempo em que essas ações educativas serão, efetivamente, postas em prática. É dessa maneira que o planejamento será organizado democraticamente e comprometido com o ensino e aprendizagem de todos envolvidos no processo.

Segundo Farias *et.al* (2011, p. 107), “A prática educativa, como intencional e sistemática, precisa ser organizada previamente, o que se concretiza por meio do planejamento das ações didáticas e pedagógicas [...]”. Isto é, instituições de ensino e docentes precisam, com brevidade,

iniciar seus planejamentos de conteúdos e atividades a serem mediadas por docentes.

Libâneo (2013, p. 246) afirma que “O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Em relação aos requisitos para o planejamento pedagógico que organiza a ação docente, o autor diz que os principais consistem nos “[...] objetivos e tarefas da escola democrática; as exigências dos planos e programas oficiais; as condições prévias dos alunos para a aprendizagem; os princípios e as condições do processo de transmissão e assimilação ativa dos conteúdos.” (p. 250).

Para mais, é importante destacar que, mesmo após a consolidação do planejamento docente, este possui caráter assíduo e, logo, poderá ser sempre revisado predizendo o melhor caminho para o aprendizado dos (as) discentes, pois trata-se de

[...] uma ação reflexiva, viva, contínua. Uma atividade constante, permeada por um processo de avaliação e revisão sobre o que somos, fazemos e precisamos realizar para atingir nossos objetivos. É um ato decisório, portanto, político, pois nos exige escolhas, opções metodológicas e teóricas. Também é ético, uma vez que põem em questão ideias, valores, crenças e projetos que alimentam nossas práticas. (FARIAS *et.al*, 2011, p. 111).

Nesse trecho, os autores tocam em questões importantes, especialmente no tocante ao ato político. Decidir seguir determina metodologia de ensino e construir um determinado currículo teórico é um ato político, porque debruça-se a desenvolver a criticidade dos sujeitos em formação. Não obstante, nesse momento é inescusável estabelecer um pluralismo de ideias e práticas pedagógicas.

Nesse sentido, o plano de aula é uma etapa mais detalhada e delimitada de todo o planejamento pedagógico. Sobre o assunto, Libâneo (2013, p. 267) entende que o plano de aula “[...] deve resultar num documento escrito que servirá não só para orientar as ações do professor como também para possibilitar constantes revisões e aprimoramentos de ano para ano.” A construção de um plano de aula deve desempenhar noções acerca dos conhecimentos e conteúdos a serem abordados, os objetivos, a metodologia a ser aplicada e de que forma será realizada a avaliação da aprendizagem. Contudo,

Os momentos didáticos do desenvolvimento metodológico não são rígidos. Cada momento terá duração de tempo de acordo com o conteúdo, com nível de assimilação dos alunos. Às vezes ocupar-se-á mais tempo com a exposição oral da matéria, em outras, com o estudo da matéria. Outras vezes, ainda, tempo maior pode ser dedicado a exercícios de fixação e consolidação. (LIBÂNEO, 2013, p. 268).

Nessa direção, Rocha (2021, p. 12) diz que para elaborar um bom e completo plano de aula, é necessário compreender algumas etapas. De início, é necessário definir o objetivo geral, que projeta resultado geral do conteúdo curricular desenvolvido na aula. Após, tem-se a definição

dos objetivos específicos, que detalham em até três itens (recomendado), o que se espera de cada um dos temas que englobam o conteúdo curricular da aula, indicam os propósitos que se pretende observar e atingir. Geralmente expressam verbos indicativos de construção de habilidades tais como: conhecimento (identificar, definir, associar, comparar, descrever, diferenciar, reconhecer, mostrar, entre outros); aplicação (calcular, demonstrar, estimar, localizar, operar, medir, desenvolver, solucionar); solução de problemas – defender, criar, desenhar, criticar, debater, organizar, propor, classificar).

Na sequência, é o momento de definir os conhecimentos que englobam o conteúdo curricular (descrição dos subtemas que compõem o tema geral da aula). O docente tem autonomia de articular os saberes críticos sociais para realização de uma aprendizagem mais significativa, com autoria e práticas multidisciplinares ou interdisciplinares. Contudo, é importante observar e incluir os conteúdos e habilidades previstos na BNCC.

Também será fundamental estabelecer os caminhos metodológicos que serão experienciados pelos discentes e docente. Nesse campo, deverão ser descritas todas as orientações e direções relativas ao processo de ensino e aprendizagem em função de certos objetivos ou fins educativos/formativos. Em outros termos, essa etapa representa a estruturação dos percursos da a serem percorridos pela ação didática.

Para mais, deverá ser apresentado no plano de aula de que maneira os conteúdos abordados serão avaliados. Isto é, descrição das abordagens que serão adotadas (qualitativa e/ou quantitativa). Podem ser desenvolvidas auto avaliação docente e discente (reflexão sobre conquistas de aprendizagens, dificuldades), avaliação do grupo (das atividades de interfaces quando solicitada em parcerias, trios ou mais), avaliação individual (atividades realizadas solitariamente).

No que diz respeito a avaliação (ROCHA, 2022, p. 80) afirma que:

As avaliações no ensino on-line [...] podem abranger as seguintes concepções: mediadora (dialógica/ interpretativa, reflexão prospectiva e reflexão-na-ação); formativa (acompanha e regula a aprendizagem, processual); democrática (participativa, conscientizadora, transparente). Aqui devem ser descritas as interfaces de atividades avaliativas, que orientaram o desenvolvimento metodológico, descritas no item objetos de aprendizagem.

Em conclusão, devem ser apresentadas as referências das obras utilizadas (impresso ou digital) consultadas para elaboração do plano de aula, bem como, outras mídias (vídeos, músicas e podcasts).

Quadro 1 – Plano de Aula Sobre Fake News**PLANO DE AULA****COMPONENTE CURRICULAR:** Língua Portuguesa**DOCENTES:****MODALIDADE:** Educação de Jovens e Adultos**DURAÇÃO DA AULA:** Duas Aulas de 50min Cada**TOTAL DE DISCENTES:** 25**CONTEÚDO CURRICULAR:** Campo Jornalístico-Midiático na Cibercultura – Como identificar e prevenir e fake news?**OBJETIVO GERAL:**

- Propiciar vivências e experiências que permitam desenvolver nos discentes a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sociedade e no mundo, que afetam as vidas das pessoas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer e entender a estrutura de textos do gênero jornalístico;
- Inteirar-se das redes sociais como espaços de troca de informações;
- Aprender a identificar e checar notícias falsas e as formas de prevenção.

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PREVISTAS NA BNCC:

- (EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente. (BRASIL, 2018, p. 141)
- (EF09LP01) Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las, a partir da verificação/avaliação do veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, da análise da formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a *sites* de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc. (BRASIL, 2018, p. 177)
- (EF89LP02) Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, *gif*, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes. (BRASIL, 2018, p. 177)

CONTEÚDO:

- Gêneros Jornalísticos: notícia, reportagem, artigo de opinião, editorial e meme;
- Campo Jornalístico no ambiente virtual;
- Fake News: conceito, checagem e prevenção.

METODOLOGIA:

1ª parte (10min): Diálogos com os estudantes acerca dos gêneros jornalísticos mais populares na cotidianidade, sobretudo os proliferados em meios digitais.

2ª parte (10min): Fazer um diagnóstico sobre os conceitos de *fake news* e as formas de prevenção e Para tal, o docente utilizará a pergunta norteadora “Fake news, notícias falsas, desinformação: o que são elas?”

3ª parte (15min): Exposição oral para os discentes acerca dos conceitos de *fake news*, breve apanhado histórico, suas consequências, modos e meios de proliferação.

4ª parte (15min): Mediação de manchetes e notícias com as discentes, verdadeiras e falsas, a fim de apontar as diferenças entre elas.

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

- Slides;
- Vídeos;
- Podcasts;
- Notícias;
- Notícias falsas;
- Cartilha.

AVALIAÇÃO:

Após as aulas, os discentes se dividirão em grupos e irão identificar notícias falsas que estejam sejam proliferadas em suas redes sociais, de seus familiares, amigos e comunidade. Após isso, deverão apresentar, em formato de texto ou vídeo, quais as estratégias de checagem de fatos utilizadas para identificar as notícias falsas.

Na aula seguinte, cada grupo terá 10 min para apresentar o trabalho.

Critérios Qualitativos de Avaliação:

- Compreensão das notícias falsas e seus desdobramentos na sociedade;
- Habilidade de identificar e checar possíveis notícias falsas;
- Uso da norma culta da Língua Portuguesa durante a apresentação da atividade avaliativa.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

GOMES, W. da S.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 16, nº 02, p. 33-45, jul./dez, 2019.

NOBLAT, R. **A Arte de Fazer um Jornal Diário**. São Paulo: Contexto, 2014.

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões aqui evidenciadas, esse texto possibilitou entender como as *fake news*, proliferadas nas redes sociais afetam os processos democráticos e contribuem para a desinformação da sociedade.

Apresentamos um plano de aula para Educação de Jovens e Adultos, pois entendemos que a Educação Básica precisa estar atenta aos fenômenos da cibercultura, assim como o desenvolvimento tecnológico e os processos comunicacionais. Nessa direção, descrevemos todas as etapas metodológicas necessárias a construção do plano, como a definição dos objetivos, os conteúdos que serão abordados, a descrição da metodologia, os objetos de aprendizagem e as atividades avaliativas. Contudo, não se pretendeu criar modelos, mas compartilhar orientações para confecção do plano na modalidade de ensino híbrido, seja para o momento da pandemia ou pós-pandemia.

A reflexão sobre a prática docente versou no que se refere a BNCC, que foi utilizada como norte para a construção do plano de aula. Entretanto, salientamos que o professor precisa ser criativo, ter autoria e iniciativa a fim de promover uma formação crítica para seus educandos, usando a BNCC não como um guia de instrumentalização do seu trabalho, mas de forma reflexiva e intuitiva para transgredir sua ação pedagógica.

Assim, com as interações no ciberespaço tornando-se cada vez mais comum, o futuro aponta para o hibridismo entre o presencial e o *on-line* no que se refere ao processo educacional. Dessa forma, os reveses que emergem da cibercultura poderão ser analisados e tratados pela Educação Básica dentro do próprio ambiente virtual.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, L. (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. p. 17-32.

BRANDÃO, Cleyton; CRUZ, Diego; ROCHA, Telma. Fake News em Tempos de COVID-19: discursos de ódio nas redes sociais como ressonância da desinformação. **Revista Interdisciplinar Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 6, N. Especial II – p. 303-327, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51910/35776>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DINIZ PEREIRA, Júlio E. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educação & Sociedade: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação (Cedes)*. Campinas, n. 69, p. 109-125, 1999.

FARIAS, Isabel Maria Sabino; et al. **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Liber Livro, 2011.

GOMES, W. da S.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 16, nº 02, p. 33-45, jul./dez, 2019.

GOMES, Wilson. Quatro ou cinco coisas que eu sei sobre fake news. **Revista Cult**: São Paulo, 28 ma. 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quatro-ou-cinco-coisas-que-eu-sei-sobre-fake-news/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

ROCHA, Telma Brito. **A Prática Educativa na Educação *On-line***. Salvador: Eduneb, 2022.

Disponível em:

http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/2244/6/A_PRATICA_AVALIATIVA_EDC_ONLINE.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

ROCHA, Telma. Brito. O Plano de Aula para Educação On-line na Pandemia de Covid-19.

Revista EaD Em Foco, v. 11, n. 2, p. 1-13, 2021. Disponível em:

<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1460>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SANTAELLA, Lúcia. **A pós-verdade é Verdadeira ou Falsa?** São Paulo: Editora Estação das letras e cores, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Redes Sociais Digitais**: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Edméa. WEBER, A. Diários Online, Cibercultura e Pesquisa- Formação Multirreferencial. *In*: SANTOS, Edméa. CAPUTO, Stela Guedes. **Diário de Pesquisa na Cibercultura**: narrativas multirreferenciais com os cotidianos. Rio de Janeiro: Omodê, 2018.

SILVA, Fernanda Rodrigues; PORCARO, Rosa Cristina; SANTOS, Sandra Meira.

Revisitando Estudos Sobre a Formação do Educador da EJA: as contribuições do campo.

In: Soares, Leôncio Formação de educadores de jovens e adultos / organizado por Leôncio Soares. — Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

SOARES, Leôncio José Gomes. As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre propostas de EJA. *In*: SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. **Dialogicidade e a formação de educadores na EJA: as contribuições de Paulo Freire**. ETD -Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p.250-263, maio/ago. 2013.ISSN 1676-2592. Disponível em:

<<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/3063>>. Acesso em: 28 jun. 2022.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.